LUTA SOCIAL E ECOLOGIA: UM ENSAIO SOBRE A *EXPERIÊNCIA* DOS LATINO-AMERICANOS

Emílio Romani Netto[1]
José Edmilson de Souza-Lima[2]
Dimas Floriani[3]

Resumo

Pretendemos com este trabalho, em uma primeira parte, fazer uma incursão sobre os limites e possibilidades da abordagem pós-colonial na análise dos movimentos sociais a partir da exposição descritiva de duas experiências especialmente distintas de mobilização social. Em uma segunda parte, daremos foco ao conceito de experiência na análise dos movimentos sociais desde sua herança em Edward P. Thompson para uma análise crítica à luz dos aportes pós-coloniais. Compreendemos a partir deste texto, ser central a apreensão das lutas sociais latino-americanas indissociáveis à questão ecológica, pois assim se constroem as subjetividades, traduzindo as estruturas sociais segundo as experiências vividas em sua relação com o meio. Nosso trabalho reforça a contribuição dos autores pós-coloniais em "localizar" o aparato teórico-metodológico de investigação segundo as especificidades dos atores sociais, assim como, uma reflexão crítica do lugar de fala do investigador. Nos parece que estes elementos, se por um lado não encerram o paradigma latino-americano de apreensão dos movimentos

[1]Doutorando do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR
[2]Professor do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR
[3]Professor do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR

sociais, por outro, são elementos imprescindíveis para captar as especificidades das lutas sociais na América Latina.

Palavras-chave
Movimentos sociais - pós-colonialismo - experiência vivida - ecologia política

Abstract

In the first part of this work, we intend to make a foray into the limits and possibilities of the postcolonial approach in the social movements analysis, starting from the descriptive exposition of two especially distinct social mobilization experiences. In a second part, we will focus on the concept of experience in the social movements analysis, from the inheritance in Edward P. Thompson to a critical analysis by light of postcolonial contributions. From this text we understand that is central to Latin American social struggles apprehension be inseparable from the ecological issue, because so the subjectivities are constructed, translating the social structures according to the lived experiences thru their environment relation. Our work reinforces the contributions of postcolonial authors by "locating" the theoretical-methodological investigation tools according to the social actor's specificities, as well as a critical reflection of the researcher's place of speech. It seems to us that these elements, while on the one hand do not end the Latin American paradigm of social movements apprehension, on the other, are essential elements to capture the specificities of social struggles in Latin America.

Keywords
Social movements - post-colonialism - lived experience - political ecology

Introdução

A América Latina é conhecida como palco de importantes mobilizações sociais, no entanto, é recente a atenção dada a estes movimentos em função de carregar, não raramente, a defesa dos bens naturais como "pano de fundo" ou mesmo como bandeira de luta. Porto-Gonçalvez (2012) afirma ser um novo protagonismo a partir das lutas de camponeses, indígenas e afroamericanos em sua

profunda conexão com seus territórios, de forma criativa e crítica às perspectivas modernizantes de desenvolvimento.

Ora, este é um fenômeno social a parte. Não é um setor do Estado, tão pouco é um partido ou uma coligação que disputa o poder do Estado. As revoltas, protestos, mobilizações, reivindicações coletivas, têm em geral, *locus* na sociedade civil, e ganham contexto político à medida que adentram a arena pública. Podem reivindicar uma questão pontual para o grupo social ou uma questão estrutural para a ampla sociedade. Podem se perpetuar na história ou podem se dissolver assim que alcançam seu objetivo, quiçá antes disso. Ou seja, a gama de ações coletivas é imensa, o que não quer dizer que não é possível refleti-las e teoriza-las. Mas com qual objetivo? Alberto Melucci entende que "eles [os movimentos sociais] são uma lente por intermédio do qual, problemas mais gerais podem ser abordados, e estuda-los significa questionar a teoria social e tratar questões epistemológicas tais como: o que é a ação social? " (MELUCCI 1994 apud GOHN, 2014, p.12).

Na esteira da tradição de compreensão das especificidades latino-americanas estão cada vez mais difundidas as abordagens pós-coloniais, com especial influência os autores o Grupo Modernidade/Colonialidade. Para Sherer-Warren (2010), os estudos pós-coloniais comportam importantes aportes para repensarmos o papel dos movimentos sociais nas atuais transformações da América Latina, principalmente no que diz respeito a releitura e na revalorização de grupos sociais em situação de subalternização. Outra característica da contribuição dos estudos pós-coloniais no estudo dos movimentos sociais, segundo Bringel (2011), são os ensaios de abertura e ruptura com o monopólio das universidades e dos centros de pesquisa sobre a produção do conhecimento, disto resulta a centralidade nos saberes locais, nas experiências vividas e no diálogo entre os diferentes saberes.

Neste sentido, pretendemos com este trabalho, em uma primeira parte, fazer uma incursão sobre os limites e possibilidades da abordagem pós-colonial na análise dos movimentos sociais a partir da exposição descritiva de duas experiências especialmente distintas de mobilização social, internacionalmente reconhecida, a Guerra da água, em Cochabamba, Bolívia; e a organização a nível de América Latina, a Coordenação Latino-americana das Organizações do Campo (Cloc-Via Campesina). Em uma segunda parte, daremos foco ao conceito de experiência para a análise dos movimentos sociais desde sua herança em Edward P. Thompson para uma análise crítica à luz dos aportes pós-coloniais.

Experiências de luta social e ecologia na América Latina

A questão da água, segundo Assies (2003), historicamente fomentou um clima de disputas em Cochabamba. Localizada no Vale Central do Altiplano Andino, Cochabamba possui um clima árido, mas em função do seu relevo suavemente ondulado, exercia sua vocação agrícola, que já ao fim da década de 1980 se hibridizava com uma crescente urbanização onde agudizavam os problemas hídricos. Fruto dos contínuos conflitos, dois importantes fatores emergiram ao início dos anos 1990. Em primeiro, se estabeleceu a Federación Departamental Cochabambina de Organizaciones de Regantes (FEDECOR) em paralelo a estrutura sindical antes estabelecida, para substituir os anteriores comitês de defesa comunitários e ampliar a luta dos camponeses no acesso à água para irrigação da produção. Em segundo lugar, a Sociedade de Ingenieros Bolivianos de Cochabamba (SIB), passou a se posicionar contraria às alternativas de curto prazo dos órgãos governamentais na resolução de conflitos.

Como efeito da onda de privatizações incentivadas pelo capital estrangeiro financiados pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, durante o fluxo neoliberal dos anos 1990, o governo cochabambino flexibilizou as condições para solução do problema do acesso a água, a mercantilização. E em 1999 foi cedido controle do Serviço Municipal de Água Potável e Esgoto de Cochabamba (SEMAPA) para o grupo empresarial Consórcio Águas de Tunari. O contrato foi imediatamente contestado pela FEDECOR e a SIB, prevendo o consequente aumento exorbitante nas tarifas de abastecimento, e logo um Comitê para Defesa da Água e Economia Popular foi formado para acompanhamento dos contratos (ASSIES, 2003).

Outro fator fundamental foram os diálogos entre a FEDECOR e a Federacion Departamental de Trabajadores Fabriles de Cochabamba (FDTFC). Com a adesão do sindicato dos operários fabris, o Comitê de Defesa foi transformado na Coordinadora de Defensa del Agua y la Vida, liderado por Oscar Olivera, operário de fábrica de calçados e presidente da FDTFC, e sua vice-presidência passou a ser ocupada pelo presidente da FEDECOR, Omar Fernandez. (ASSIES, 2003)

Logo no início de 2000, os moradores de Cochabamba foram surpreendidos com altas taxas do serviço de abastecimento. Em resposta a Coordinadora lançou o "Manifesto a Cochabamba", organizando bloqueios em rodovias de acesso à cidade, o aeroporto foi fechado e durante três dias e milhares de cochabambinos ocuparam a praça central. Com dificuldade nas negociações com o Estado,

a Coordinadora convocou em fevereiro novas mobilizações, uma marcha com encerramento na Plaza das Armas, atividade esta que foi duramente repreendida pela força policial, a qual eclodiu um cerco na praça com resultado de pelo menos 22 feridos e 135 detidos. Em função da notoriedade pública a Coordinadora ganhou força política para continuar a negociação, que culminou em uma "Consulta Popular" mobilizando cerca de cinquenta mil votos acerca da temática da água. Em abril, bastante fortalecido, o movimento convoca o que seria a "batalla final", onde novamente os cochabambinos tomaram as ruas e permaneceram em vigília durante as negociações entre a Coordinadora, empresários e autoridades locais. Até que no dia 10 de abril, o prefeito de Cochabamba convocou uma coletiva de imprensa para anunciar a revogação do contrato com Aguas del Tunari. Como custo social Ortuño (2011) contabiliza seis pessoas mortas pelas forças armadas, sessenta e oito pessoas feridas e duzentas pessoas feridas pelo efeito de tiros de borracha e gases. (ORTUÑO, 2011; DRUMOND, 2015; MÁRQUEZ, 2016).

Este evento, que passou a se chamar a Guerra da Água, possui algumas características fundamentais. Se tornou um movimento social internacionalmente simbólico de luta popular contra o capital internacional e o projeto neoliberal, assim como fomentou o debate acerca do direito e uso da água, a água como um bem comum não mercantilizável, democratização do acesso aos recursos naturais, em suma, foi uma luta social com pano de fundo socioambiental.

Segundo Assies (2003), é pertinente ressaltar a importância da aliança estratégica entre organizações do campo e da cidade somados a crítica dos profissionais de classe média, como a SIB, fundamentou o sucesso de mobilização de diversos setores da sociedade. Para Ortuño (2011) a Guerra da Água não encerrou os conflitos pela água na Bolívia e nem foi o papel da Coordinadora se tornar um movimento de representação ao acesso e disputa dos recursos hídricos, mas sim, um instrumento efetivo de mediação entre Estado e sociedade e que também estabeleceu novas dinâmicas de lutas sociais.

Outra característica, podemos adicionar, é a ausência de caráter programático da Guerra da Água. Em outras palavras, seu repertório de ação esteve muito mais fundamentado na experiência e na contingência dos fatos, do que em um programa teórico-ideológico ante estabelecido. Disto também pode-se interpretar a consequente falta de interesse na continuidade da Coodinadora enquanto organização.

Já a Coordenação Latino-americana das Organizações do Campo (Cloc-Via Campesina) possui características bem distintas. A Cloc é uma instância de organização continental latino-americana que, apesar de sua autonomia, integra a La Via Campesina Internacional (VCI). Segundo Matinez Torres e Rosset (2013), a Cloc teria sido a organização gestante da Via Campesina. Foi formalmente constituída em um encontro de movimentos sociais no ano de 1994, em Lima, Perú. (CLOC, 2010).

Um primeiro desafio, segundo Matinez Torres e Rosset (2013), teria sido a capacidade de gerir grupos sociais com interesses particulares e historicamente separados: os sem terra, trabalhadores agrícolas, camponeses indígenas e não indígenas. Em sua criação reuniu 47 organizações (camponesas, indígenas, agricultores e as mulheres rurais) de 19 países, divididos em cinco regiões (Norte, Central, Caribe, Andina e do Cone Sul). A Cloc participa da Conferência da VCI elegendo dois representantes, de diferentes organizações preferencialmente, e soma-se às sete regiões restantes para compor o Comitê Coordenador Internacional (CCI) (VIEIRA, 2012).

A Cloc repercute, assim como influencia, o repertório de ações da Via Campesina. As táticas são muito mais de denúncia e diálogo com a sociedade civil, ocupação massiva dos espaços públicos, impacto visual; do que de "portas fechadas" em reuniões multilaterais, mesmo que o lobby e disputas internas ocasionalmente sejam acionadas. Quando La Via Campesina ocupa um espaço (como a FAO, por exemplo), a estratégia típica é defender o espaço político e, em seguida, mover-se rapidamente para o debate do nível técnico para razões éticas e morais. O que tem sido provado como uma estratégia eficaz para alterar os termos do debate em muitos dos problemas agendados (MARTINEZ TORRES; ROSSET, 2013).

É importante ressaltar três fatores ao longo do desenvolvimento da Cloc. Em primeiro colocamos a questão de gênero. Durante a Conferência de 2004 a VCI enunciou a necessidade de se tomar a equidade de gênero em todos os níveis de representação do movimento e a criação de uma Comissão Internacional de Mulheres. A partir deste marco, as duplas representantes no Comitê Coordenador Internacional se conformariam por um homem e uma mulher, levando inclusive a alguns movimentos alterarem sua estrutura representativa, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (MARTINEZ TORRES; ROSSET, 2013). Outro importante fator é a política de formação. Partindo principalmente da diversidade e das especificidades locais, a Cloc incentiva criação de cursos

de formação política e profissional, livres e informais, assim como há apoio à criação e manutenção de escolas e institutos de formação formal político-profissionais, em especial as escolas e institutos de formação em agroecologia (BATISTA, 2014). O que nos leva a um terceiro importante elemento, a caminhada em direção a agricultura sustentável camponesa, a partir dos princípios da agroecologia. O marco para a VCI se deu em sua quinta Conferência Internacional acontecida em 2008, na cidade de Maputo, Moçambique, onde se delibera uma Comissão Internacional de Agricultura Camponesa Sustentável com a tarefa de acumular sobre as questões políticas e conjunturais, linha de argumentação com a sociedade civil, apoiar as famílias organizadas para transição agroecológica dos processos produtivos (LVC, 2013). Ainda, Rosset e Matinez Torres (2013) nos ajudam a entender que os movimentos organizados na Via Campesina, estão cada vez mais usando agroecologia como uma ferramenta de luta, defesa, na (re) configuração e transformação do campo em territórios em disputa. Neste sentido, a Cloc centraliza uma rede de Escolas e Institutos Latino-Americanos de Agroecologia que inclui atualmente: Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA, Lapa – Brasil) IALA Paulo Freire (Barinas-Venezuela); IAlA Guarani (Paraguai); IALA Amazônico (Parauapebas – Brasil), Escola Nacional de Agroecologia (ENA, Equador), Universidade Campesina SURI (UNICAM-SURI, Ojo D´Água-Argentina) (BATISTA, 2014, CAMPOS, 2014).

A Cloc, nos seus vinte quatro anos de existência, organizou seis congressos gerais. Possui uma ativa área de comunicação, conta com site, página em redes sociais, rádio e canal de tv. Possui um quadro de militantes constante, em grande medida, militante cedidos dos movimentos nacionais e/ou locais. Possui instâncias de decisões horizontais e verticais e Grupos de Trabalho para as temáticas defendidas pela organização. Os congressos, encontros e os Grupos de Trabalho produzem materiais de análise de conjuntura, pontos estratégicos de ação, identidade, assim como produzem projetos sociais de transformação do mundo rural e do sistema social global (CLOC, 2010; LVC, 2011).

A descrição das experiências, levando em consideração seus sistemas de práticas, elementos de coesão social e repertório de ações, vem no sentido de recriar as condições concretas das experiências, o cenário real de lutas, para assim colocarmos a objetivação e teorização dos movimentos sociais em questão. Para isso, delinearemos alguns marcos da pesquisa sobre movimentos sociais, sobretudo no que se refere as especificidades latino-americanas.

Teorias pós-coloniais na apreensão dos movimentos sociais

A professora Maria da Glória Gohn é uma das pesquisadoras referência no Brasil sobre movimentos sociais e seu livro "Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos", nos guiará no processo de revisitar as diferentes abordagens teóricas. Na interpretação de Gohn (2014), os movimentos sociais ganharam status de objeto científico principalmente a partir dos anos 1960 muito em função da decorrente visibilidade social dos movimentos assim como da maturidade das ciências sociais e o desenvolvimento de novas teorias e categorias de abordagem às ações coletivas. Contudo, a autora afirma existir grandes lacunas na produção acadêmica. Uma questão central seria a própria dificuldade de levar em conta os movimentos sociais por transitarem em espaços ainda não delimitados pela estrutura social, e por isso seriam indicadores de mudança social.

A aplicação do conceito de paradigma em Gohn está ancorado no entendimento do físico e filósofo da ciência Thomas Kuhn. A autora explica que a utilização de paradigmas na análise das teorias dos movimentos sociais tem a razão de ser não para delimitar o paradigma em si, mas para poder diferenciá-los enquanto corrente teórico-metodológica a partir das realidades específicas. Neste sentido, a autora se vale de um critério geográfico-espacial para subdividir os paradigmas. Gohn compreende que as diferentes regiões do globo possuem contextos históricos específicos, sendo as lutas e movimento sociais correspondentes a eles. Os pesquisadores teriam adotado posturas metodológicas desde o lugar em que escrevem. Na Europa e na América do Norte teriam gerado teorias próprias, e na América Latina os pesquisadores teriam tomado posturas híbridas com relação às teorias já postuladas.

Segundo Gohn (2014), o paradigma latino-americano teria se concentrado, em grande medida, na análise sobre movimentos sociais libertários ou emancipatórios, lutas populares urbanas e moradia e nas lutas pela terra. No conjunto da produção bibliográfica predominam estudos de natureza empírico-descritiva apoiadas no paradigma europeu em suas duas grandes vertentes: na década de 1970, a marxista-estruturalista; e a partir de 1980 a dos Novos Movimentos Sociais em suas várias versões. Não obstante, a autora frisa que falar de um paradigma teórico latino-americano é "mais uma colocação estratégica do que real" (GOHN, 2014, p. 211). A autora compreende existir, de fato, uma expressão particular de lutas e movimentos sociais em relação aos movimentos europeus, norte-americanos, etc.

Gohn (2014), ao defender as diferenças históricas da realidade latino-americana e consequentemente as diferentes formas de luta e movimentos, reivindica que as análises e categorias teóricas tenham em conta tais especificidades (*ibidem*¸ p. 224). Assinala também os estudos sobre os movimentos sociais latino-americanos devam ter um enfoque multidisciplinar, e que se considere tanto questões de: ideologia, valores, tradições e rituais culturais; assim como a estrutura sociopolítica e econômica em que os movimentos se inserem, em uma abordagem histórico-estrutural renovada (*ibidem*, p. 240). Ou seja, a autora enuncia a necessidade de um enfrentamento entre os dilemas produzidos no debate sobre a teorização social, em especial no que trata sobre os movimentos sociais, para que seja possível apreender da melhor forma as especificidades latino-americanas.

Em comemoração à 10ª edição de seu livro, Gohn elabora um posfácio com intuito de atualizar o debate teórico e o referencial bibliográfico. É também uma síntese do livro Novas teorias sobre os Movimentos Sociais, publicado pela autora em 2008. Gohn defende haver um "retorno" dos movimentos sociais no fim do século XX e início do XXI, a título de exemplo os Indignados na Europa, Occuppy Wall Street nos Estados Unidos a Primavera Árabe no Oriente Médio, entre outros; assim como uma renovação das abordagens teóricas. Neste posfácio a autora trata de seis eixos teóricos: 1. Teorias das identidades construídas a partir de eixos culturais; 2. Teorias do reconhecimento focadas no eixo da justiça social; 3. Teorias da emancipação que destacam o eixo da autonomia e a capacidade de resistência dos movimentos sociais; 4. Teorias pós-coloniais também denominadas por alguns como racionalidades alternativas focadas no eixo da dominação de saberes; 5. Teoria da mobilização política e eixo da organização social; 6. Teorias da repolitização dos movimentos sociais e eixo das mobilizações transnacionais associadas ao uso das novas tecnologias.

Gohn (2014) ressalta que o enfoque pós-colonial "não foi construído para explicar especificamente mobilizações sociais" (*ibidem*, p. 350), mas trata de uma questão que se torna imprescindível ao olhar deste trabalho: a dominação dos e a ênfase nos saberes locais. Este elemento reforça nossa opção em revisitar o debate pós-colonial a partir do livro publicado pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), organizado por Edgardo Lander *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Entre os nove capítulos assinados cada um por autores especialistas do campo, escolhemos dar ênfase aos textos de Escobar (2005), Lander (2005) e Quijano (2005).

A ausência de debate sobre a colonialismo residiu historicamente nos materiais publicados pelos intelectuais do hemisfério norte e, consequentemente, essa ausência foi reproduzida nas análises dos intelectuais do hemisfério sul. Muito embora existam materiais que assumam as especificidades coloniais, uma tendência desde o século XX, há um predomínio na utilização de teorias, conceitos e categorias que se originaram no contexto europeu pelos intelectuais latino-americanos, assim como tem ganhado relevância as obras pós-coloniais de contexto asiático, que difere em muitos pontos do nosso.

Para Lander (2005), este evento tem razão de ser. O autor vê no sucesso do estabelecimento do modelo liberal de organização de capital, trabalho e terra, o substrato onde germinou as ciências sociais.

> "A "superioridade evidente" desse modelo de organização social - e de seus países, cultura, história e raça - fica demonstrada tanto pela conquista e submissão dos demais povos do mundo, como pela "superação" histórica das formas anteriores de organização social, [...]. É este o contexto histórico-cultural do imaginário que impregna o ambiente intelectual no qual se dá a constituição das disciplinas das ciências sociais. " (LANDER, 2005, p. 13).

Portanto, não somente o que entendemos por ciência hoje, mas sem dúvida, as ciências sociais modernas, tem origem ou influência no renascentismo e no iluminismo europeu. Ao mesmo tempo, as estruturas de conhecimentos locais, não-europeias, foram subjugadas e, de uma forma ou de outra, negadas às próximas gerações. Este é um movimento central para nós. Para além da subordinação do modelo de vida, existe o que os autores tratam como a colonização dos saberes. A pertinência deste debate se dá em interpretar o fenômeno da *colonialidade dos saberes* não somente como uma questão epistemológica, mas também como uma questão geopolítica. Por outro lado, não podemos perder de vista que o produto deste debate não é a negação do conhecimento europeu e sim um olhar crítico ao que passa a ser considerado como *eurocentrismo*.

O eurocentrismo, para Quijano (2005) não é consequência da "hegemonia da organização liberal da vida". Seria exatamente ao contrário, a perspectiva eurocêntrica é uma característica constitutiva do padrão mundial de poder. Inclusive, na perspectiva de Quijano (2005, p. 115), existe uma relação direta e imbricada entre a colonização da América e o estabelecimento de um poder mundial,

sem a qual deixariam de haver os meios para o desenvolvimento do capitalismo mundial. Contudo, esse movimento não se deu somente na forma de espoliação do capital natural e social latino-americano. Para o autor peruano

> "Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo" (QUIJANO, 2005, p.107).

Desta forma, Quijano (2005, p.116) ressalta dois resultados decisivos do estabelecimento do poder colonial: em primeiro lugar a riqueza de histórias, identidades e peculiaridades dos povos nativos, assim como, dos povos trazidos do continente africano, são reduzidos a signos homogeneizadores: índios e *negros*. Em segundo lugar, essa identidade racial, colonial, e negativa, subordinam estes sujeitos ao fluxo da história europeia. Em outras palavras, o padrão de poder colonial se estende ao campo cognitivo e estabelece uma relação dualística entre europeu e não-europeu, onde o segundo é o primitivo, inferior, e o primeiro é o evoluído, o civilizado. É sob este prisma em que o autor trás o conceito de *colonialidade do poder*.

Este contexto também é pano de fundo e pode ser enriquecido por Escobar (2005). Ao trazer-nos o conceito de *lugar*, o autor não nos deixa perder de vista o esforço em superar outro dualismo herdado do conhecimento moderno eurocentrado, cultura e natureza. Assim, ainda que a voracidade do empreendedorismo e do capital especulativo sejam um padrão global, as características de resistência e alternatividades são localmente peculiares e certamente estão constituídas em sua interação com o meio.

Os conceitos até aqui explorados nas análises de Escobar (2005), Lander (2005) e Quijano (2005), reforçam a ideia central em sublinhar as perspectivas que privilegiam as especificidades locais, principalmente em relação às teorias e conceitos gerais (ou generalistas), ao evolucionismo e à naturalização da perspectiva unilinear de história e agência humana, características estas que segundo os autores, nós involuntariamente ou voluntariamente importamos.

A medida em que revisitamos os autores pós-coloniais passamos a enxergar uma *fronteira* entre a etnografia e a sociologia, ao que nos interessa, o tema dos

movimentos sociais latino-americanos. Isto porque, ao nosso olhar, o conjunto dos trabalhos se propõem enfrentar um dos dilemas teóricos centrais da teorização dos movimentos sociais: a ênfase na estrutura *versus* a ênfase no ator social; onde os autores cedem valor à ambas. A relação teórica com a segunda nos parece mais nítida. Isto porque, os autores enxergam com clareza certas especificidades latino-americanas na construção da identidade não somente do eu, mas também como a identidade de povo, de nação. A atenção às especificidades repercute no plano metodológico, a centralidade às análises do discurso, nas interpretações de mundo, repertório cultural, entre outros. O que dialoga especialmente com o paradigma dos Novos Movimentos Sociais, principalmente ao evitar interpretar as identidades dos atores coletivos imediatamente no contexto marxista de classe.

Contudo, se os autores não cedem valor a construção da identidade segundo as condições classe, ao nosso ver, a *colonialidade* nos parece um fenômeno estruturante. Este elemento nos parece menos evidente, e mais passível de equívoco, no entanto, se levarmos em consideração um recorte de Quijano:

> "(...) a estrutura de poder foi e ainda segue estando organizada sobre e ao redor do eixo colonial. A construção da nação e sobretudo do Estado-nação foram conceitualizadas e trabalhadas contra a maioria da população, neste caso representada pelos índios, negros e mestiços. A colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno" (QUIJANO, 2005, p.124)

Pesa a favor do nosso argumento o fato de a colonialidade estar fortemente relacionada com o aparato de dominação, subordinação, de legitimação do poder das elites. É por este caminho que estamos interpretando a colonialidade, não como um fenômeno moral, ético, nem uma racionalidade instrumental, mas sim como um fenômeno da estrutura social da qual os latino-americanos estão imersos.

Outra característica importante da contribuição das teorias pós-coloniais, ressaltam Sherer-Warren (2010) e Bringel (2011), é relativo ao posicionamento do intelectual. Em primeiro lugar, fruto da perspectiva ética de posicionamento e de comprometimento com a cultura derivados de Franz Fanon e Enrique Dussel, sublinha-se a necessidade do intelectual refletir de forma crítica seu lugar de fala.

Podemos também relacionar os aspectos relativos a inter-ação e a indissociação entre o científico e o político presentes no pensamento de Orlando Fals-Borda, e porque não Paulo Freire.

Não obstante, é digna de nota a perspectiva do que Santos (2007) se refere como o diálogo de saberes. Pelo olhar dos autores pós-coloniais na apreensão dos movimentos sociais, tão importante quanto apreender o que são estes movimentos no fluxo do sistema-mundo, é apreender o que os atores coletivos entendem ser, e exercitar o diálogo de saberes entre o saber objetivante e o saber praticante. Apesar de dialogar com o paradigma dos Novos Movimentos Sociais, nem mesmo estes autores deram a ênfase que dariam os autores pós-coloniais ao diálogo de saberes.

Inovador também é trazer à luz as questões socioambientais em um sentido mais amplo e íntimo do que caracterizar, por exemplo, como movimentos ambientalistas, tendo em vista que, à luz de Escobar (2005), as ações coletivas em defesa de seus territórios materiais e imateriais tem uma relação inseparável de cultura e natureza. Sem dúvida, interpretamos que estas questões contribuem para a determinação das especificidades de um paradigma latino-americano de apreensão dos movimentos sociais.

Contudo, ao incorporarmos as experiências anteriormente descritas suscitam-se importantes questões de apreensão aos movimentos sociais. Podemos pontuar primeiramente que levar em conta os saberes locais na objetivação dos movimentos sociais se opõe à uma tipologia dos movimentos sociais. Assim, nos aparece de forma mais clara, como questão teórico-metodológica, as vozes dos atores em suas diversas expressões, por exemplo, o foco em categorias como solidariedade, unidade, identidade, que emergem da prática de movimentação coletiva. Em nosso breve levantamento de materiais sobre os movimentos podemos enxergar nuances expressivas. Nossa pesquisa sobre a Guerra da Água revelou menos atenção sobre questões identitárias e subjetivas à ação, e muito mais relacionados à unidade e solidariedade na ação. Já para a Cloc o elemento identidade é central e possui uma sofisticada elaboração. Todavia, a prática social desses movimentos possuem fortes elementos localizados, não redutíveis, não generalizáveis, possíveis de serem analiticamente explorados. O que nos faz questionar, por exemplo: existiria, para a teoria pós-colonial, diferentes pesos entre o trabalho de campo e a análise de materiais bibliográficos assinados pelo ator coletivo? O discurso de uma liderança se equipara ao valor de um documento

assinado pelo ator coletivo? Ainda além, o discurso da liderança tem o mesmo valor do discurso da base?

Outro importante aspecto analítico parte do conceito de colonialidade. Ajustar nossa visão a partir do olhar da colonialidade significa interpretar como o aparato de dominação, subordinação e legitimação das estruturas de poder se transformaram desde o fim do colonialismo. Neste aspecto, existem fortes similaridades entre a Guerra da Água e a Cloc, principalmente no que diz respeito ao caráter insubordinável de suas ações coletivas. Mas, por outro lado, gera outra série de questões. Em linhas gerais, o que caracteriza uma ação descolonizadora, dentro da miríade de ações coletivas? Em que medida os atores coletivos descolonizam seus saberes à luz das ações coletivas? Teriam a mesma importância analítica os movimentos com pautas situacionais e movimentos com pautas estruturais?

Gohn (2014, p.255-263) sugere um rol de elementos e categorias possíveis de interpretação dos movimentos sociais latino-americanos. Dentre eles acreditamos ser possível encontrar na categoria experiência, recursos para levar a diante nossa reflexão, levando em consideração a gênese deste conceito nos trabalhos de Edward P. Thompson, a fim de conjuga-lo com as bases conceituais dos autores pós-coloniais já revisitados.

O conceito de experiência na apreensão dos movimentos sociais

A interpretação de Jürgen Habermas sobre a origem cultural e social dos movimentos sociais é uma das mais influentes bases explicativas sobre as peculiaridades das mobilizações que aconteciam no período do pós-guerra, as quais não estavam localizadas no centro das lutas sindicais operárias ou camponesas, nem de partidos políticos de esquerda. Para Habermas, haviam diferenças fundamentais que motivavam a ação a partir da racionalidade dos atores sociais, pois segundo ele, os "novos" atores agiam contra uma racionalidade estratégica instrumental e muito mais a partir de uma racionalidade moral e cultural (GOLDBLATT, 1996). Desta forma, podemos interpretar que houve um caminho duplo, a renovação teórica esteve a serviço de explicar os novos fenômenos, e ao mesmo tempo, instigou os intelectuais a abrirem o leque de interpretação teórica alargando a própria capacidade da teoria social em abstrair a realidade. Neste sentido, podemos também aceitar a provocação de Medeiros (2012, p.11-12) onde a oposição entre "novos" e "velhos" movimentos sociais a partir de uma

sucessão histórica é simplificadora pois, apoiada em Craig Calhoun (1995, *apud* MEDEIROS, 2012), a autora defende existir elementos capazes de serem explorados desde as lentes do paradigma dos Novos Movimentos Sociais mesmo em ações coletivas do séc. XIX.

Pela mesma lógica podemos interpretar os casos na América Latina. Ainda que o período em que emergiram os "novos" movimentos sociais na Europa tenham tido reflexo nos países latino-americanos, diferentes grupos sociais com identidade de classe ganharam expressividade e força política, como a Cloc-Via Campesina. Por outro lado, poderíamos interpretar a amplitude que tomou a Guerra da Água motivada muito mais por elementos morais e essencialistas dado a sensibilidade da temática da água. Ou seja, um paradigma teórico não nega o outro à luz das práticas sociais contemporâneas. Por tais razões, vimos neste trabalho enfatizando o enfrentamento à oposição estrutura versus ator, preocupação esta que esteve no centro do trabalho de Edward P. Thompson.

Segundo Gohn (2014), Thompson segue a tradição do marxismo historicista herdado de Eric Hobsbawn, elaborando, a partir da década de 1950, uma série de estudos sobre a gênese das classes trabalhadoras inglesas "adotando uma postura teórico-metodológica nada ortodoxa" (*ibidem*, p. 203) tratando de aspectos do materialismo histórico pouco estudado até então. Tanto Gohn (2014) quanto Medeiros (2012), enfatizam que a originalidade do trabalho de Thompson está em interpretar as classes sociais não como uma condição, mas como um processo que se dá nas lutas sociais. O diferencial de análise sobre este processo seria levar em conta as questões subjetivas de formação do ator coletivo, o cotidiano, os sentidos que são produzidos em situações de subordinação e os laços que se constroem em situações de insurgência. Por isso a relevância da categoria experiência na análise de Thompson:

> "Pela experiência os homens se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonismos. Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só acumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa" (Thompson, 1981, *apud* Gohn, 2014, p.204).

O esforço teórico-filosófico de Thompson tem um efeito metodológico para análise dos movimentos sociais. Ganham relevância as questões do cotidiano,

sobre como as camadas populares sentem e vivenciam as situações de injustiça, de exclusão, e em que medida estas situações resultam em ações insubordinadas à ordem, revoltas motins, mobilizações. É nesse processo de luta em que se dá a formação da consciência política, a consciência de classe, onde os sujeitos passam a reconhecer os interesses antagônicos dos grupos sociais, assim como, forjam os laços de solidariedade na luta. Nestes termos Medeiros (2012, p.16) ressalta a originalidade de Thompson em recusar entender a formação da classe operária inglesa como simples produto da Revolução Industrial. Seguindo esta mesma trilha, Gohn (2014, p.248-249) enfatiza o conceito de luta social como essencial para apreensão das ações coletivas, pois, à luz do pensamento de Thompson, a luta social é um conceito mais abrangente que classe social, mesmo que o sentido de classe se faça na luta, nem toda frente de luta diz respeito à problemáticas de classe, no entanto, toda luta social é agenciada por atores, atores coletivos. Levando em consideração estes elementos acreditamos que a elaboração teórico-metodológica de Thompson perpassa aquela fronteira entre a etnografia e a sociologia de que falamos em outro momento e a tradição do seu pensamento pode fomentar o debate sobre as especificidades latino-americanas.

Precisamos começar por onde Quijano (2005) vê as principais diferenças da construção do capitalismo no território latino-americano. O autor sugere uma diferença especial na relação capital trabalho, principalmente até o séc. XIX. Os senhores brancos latino-americanos, a fim de manter sua condição de "senhores", não experimentaram das mesmas estratégias que os burgueses estadunidenses e europeus, a compra da força de trabalho assalariado, e quando foi necessário libertar os escravos, não foi para assalariá-los. Mais que isso, sem sombra de dúvidas nenhuma revolução burguesa ou industrial aqui aconteceu. Desta forma, as elites latino-americanas teriam sido (e ainda são) sócias menores dos estadunidenses e europeus, que se rearticularam sob novas bases institucionais após a independência das colônias, mas que o sentido do poder, a colonialidade, permanece como eixo de dominação étnico e geopolítico (QUIJANO, 2005). Assim, o olharmos para a base teórica de Thompson, nossos óculos tiram o foco da característica evolucionista presente na Economia Política marxista, e nos aparece mais nítido uma preocupação menos estudada pelas vertentes economicistas, mas certamente estudada por Thompson, entre outros, a dominação do homem sobre o homem.

É sob este terreno que enxergamos o cenário de diálogo. Escobar (2005) é atento à estas questões. Ao defender os saberes locais procura esquivar do essencialismo ou romantismo, a favor de uma defesa política e epistemológica:

> "O conhecimento local não é "puro", nem livre de dominação; os lugares podem ter suas próprias formas de opressão e até de terror; são históricos e estão conectados com o mundo através de relações de poder, e de muitas maneiras, estão determinados por elas" (ESCOBAR, 2005, p.70).

Ou seja, existe uma preocupação que as duas bases teóricas dividem, onde, cada cultura absorve a estrutura de dominação à sua maneira, levando a cabo a dialética entre o ser social e consciência, sem reducionismo, o que Thompson (1961, *apud* HALL, 2013, p.154) vai chamar da interação da "consciência-de-ser". Mas sobretudo, quando olhamos para o lugar como fonte de (re)ação o diálogo se torna mais frutífero. Pois nos estudos de Thompson, e a herança aos estudos sobre movimentos sociais, a centralidade está, como interpreta Gohn (2014, p. 205), na ruptura da ordem da vida, e menos quando a ruptura se dá na ordem social. Sob certo aspecto, é o que Escobar (2005) também procura quando dá ênfase às racionalidades alternativas ao capitalismo e sua ideia de pós-desenvolvimento.

Todavia, Thompson irá apresentar um foco maior na agência do que os saberes. Como um bom marxista, persiste como pano de fundo a questão de como a agência humana se torna o motor da história. Fundamentalmente o que os autores latino-americanos não dividem com Thompson, a concepção de história geral da humanidade. Isto se explica muito em função dos autores pós-coloniais estarem olhando para história desde a ótica dos povos originários (e, obviamente, suas miscigenações) e movimentos sociais que lutam a partir dos seus modos de vida, e por este motivo, não partilham obrigatoriamente do "tempo" ocidental moderno. Isto dito, se faz pertinente explorar o papel do meio natural para os pós-coloniais. Como ressaltamos em outro momento, a perspectiva inovadora dos autores latino-americanos é dar atenção à indissociabilidade cultura e natureza, ausente em Thompson. Não por acaso, Escobar (2005), apoiado em Maturana e Varela, rejeita também a separação entre conhecer e o fazer pois, estes coincidem na existência, e a produção e reprodução da existência dos grupos

sociais em interação com o meio são, por excelência, o terreno de "experiência da vida". Em outras palavras, é dizer que a experiência tem lugar.

Podemos dizer que o distanciamento teórico-filosófico entre Thompson e os pós-coloniais não impede que os autores dialoguem em uma mesma preocupação teórico-metodológica de apreensão da realidade social. O sentido que traz a experiência como categoria de análise, da forma como estamos olhando, é a preocupação com tradução das estruturas sociais em valores e práticas expressas no cotidiano. Se tivemos uma boa compreensão, então podemos afirmar que esta categoria nos ajuda a caminhar pela fronteira entre a etnografia e a sociologia, e enfrentar o dilema estrutura versus ator. Nos salta aos olhos também a característica que cada corrente do pensamento sugere à operacionalização da experiência como categoria. Produto de nossa revisão, os materiais pós-coloniais nos tencionam a espacializar a experiência, ou como foi dito anteriormente, dar lugar à experiência. Incorporar a espacialização à categoria é imprescindível, em especial, para captar a relação cultura e natureza, elementos que Thompson não estava atento. Damos atenção à essa tensão em função da forte herança do passado agrário e suas organizações comunais dos povos latino-americanos, que persistem e se transformam ao longo da modernização. Mais que isso, o espaço rural latino-americano também é historicamente local de injustiças sociais, marginalização, pauperização, assim como, berço e palco de lutas sociais, ou seja, o infeliz apelido de "saco de batatas" nunca serviu aos indígenas, camponeses e afrodescendentes daqui. É neste ponto em que Thompson nos chama a atenção. Se a consciência política se constrói na luta, a experiência de sentir e produzir a ação coletiva é tão importante quanto os objetivos da luta. É uma preocupação central desta tradição de pensamento, o momento em que o indivíduo irrompe a passividade e "sai de casa" para compor o ator coletivo.

Considerações finais

A título de síntese, procuramos compreender que os desafios postos à interpretação da realidade social e ambiental não se permitem esgotar em dogmas, cátedras ou guetos científicos. Daí o exercício em enfrentar os dilemas de teorização social no que se refere à pesquisa de movimentos sociais, equacionando de forma crítica diferentes escolas do pensamento, procurando, ao mesmo tempo, não adotar um ecletismo aleatório.

Defendemos que esta característica está viva nos materiais revisados dos autores pós-coloniais, mesmo em Thompson, e podemos dizer que estes dividem com Gohn (2014, p. 254) a preocupação em tratar esta questão de forma não excludente, não antagônicas. Nem por isso seu corpo teórico-conceitual deva ser tomado de forma acrítica na interpretação de movimentos sociais. Como Bringel (2011) chama a atenção, pode até fazer sentido caracterizar o MST como pós-coloniais, mas não encerra a complexidade das racionalidades e estratégias contidas na produção e reprodução do movimento nem suas lógicas de ações coletivas.

Compreendemos a partir deste texto, ser central a apreensão das lutas sociais latino-americanas indissociáveis à questão ecológica, pois assim se constroem as subjetividades, traduzindo as estruturas sociais segundo as experiências vividas em sua relação com o meio. Ou seja, muitas das mobilizações, rebeliões ou motins são o estopim de históricas experiências de opressão e subalternização no que diz respeito ao acesso e domínio dos recursos naturais, se tornando assim o fermento de novas experiências do agir político.

Nosso trabalho reforça a contribuição dos autores pós-coloniais em "localizar" o aparato teórico-metodológico de investigação segundo as especificidades dos atores sociais, assim como, uma reflexão crítica do lugar de fala do investigador. Tanto a Guerra da Água quanto a Cloc Via Campesina são atores coletivos que se apresentam como terreno fértil de análise. Suas lutas são/foram os meios de expressão de sentimentos e valores coletivos, de insubordinação às estruturas de poder, e apoiados nos sistemas de práticas e saberes em sua relação com o meio natural. Nos parece que estes elementos, se por um lado não encerram o paradigma latino-americano de apreensão dos movimentos sociais, por outro, são elementos imprescindíveis para captar as especificidades das lutas sociais na América Latina.

RECEBIDO em 28/08/2020
APROVADO em 18/10/2020

Referências

ASSIES, W. David versus Goliath in Cochabamba: Water Rights, Neoliberalism, and the Revival of Social Protest in Bolivia. **Latin American Perspectives**, Vol. 30, No. 3, pp. 14-36, 2003.

BATISTA, Ândrea Francine. A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina Sudamérica. **Revista Nera**, n. 24, p. 51-70, 2014.

BRINGEL, Breno. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 16, p. 185-215, 2011.

CAMPOS, João Carlos de. **A integração latino-americana nas escolas latino-americanas de agroecologia da Cloc-Via campesina no Brasil e Venezuela.** Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, UNIOESTE. Cascavel, 2014. 110p

CLOC (Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo). Quienes somos? 2010. Disponível em: http://www.cloc-viacampesina.net/informacion-general/quienes-somos Acesso em: 24 abr. 2020.

DRUMOND, N. A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural. **Revista Nera**. Ano 18, nº 28, p. 186-265. Presidente Prudente, 2015.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (org) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO. 2005.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HALL, Stuart. Estudos culturais: dois paradigmas. In: _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2013.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (org) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO.

LVC. La Vía Campesina. 2nd Latin American encounter on agroecology. Final Declaration. 2011. Disponível em: https://viacampesina.org/es/ii-encuentro-continental-de-formadoras-y--formadores-agroecologicos/ Acesso em: 24 abr. 20.

_____. From Maputo to Jakarta: 5 years of agroecology in La Vía Campesina. Jakarta: La Vía Campesina. 2013. Disponível em: http://www.acciontierra.org/IMG/pdf/De_Maputo_a_Yakarta_ES-web.pdf. Acesso em: 24 abr. 20

MÁRQUEZ, M. C. T. La Guerra del Agua, la victoria de la democracia**. Pueblos – Revista de Información y Debate.** nº 68, primeiro trimestre, 2016. Disponível em <http://www.revistapueblos.org/blog/2016/02/16/la-guerra-del-agua-la-victoria-de-la-democracia/> Acesso em: 24 abr. 19

MARTINEZ-TORRES, M. E. & ROSSET, P. M. Del conflicto de modelos para el mundo rural emerge La Vía Campesina como movimiento social transnacional. **El otro derecho**, n.44, p. 21-57, 2013.

MEDEIROS, L. S. Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas. **Mundos do Trabalho**, v. 4, n. 7, p. 7-31, 2012.

ORTUÑO, F. B. S. **Movimientos sociales en torno al agua en Bolívia.** Cochabamba: UMSS--ASDI. 2011. Disponível em: http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_78.pdf .Acesso em 24 abr. 20

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 9, n. 1, p. 16-50, 2012.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO. 2005.

ROSSET, P. M. & MARTÍNEZ TORRES, M. E. La Via Campesina y Agroecología. In: La Via Campesina (LVC). **El libro aberto de La Vía Campesina**: celebrando 20 años de luchas y esperanza. Yakarta. 2013. Disponível em: https://viacampesina.org/es/wp-content/uploads/sites/3/2013/05/ES-09.pdf. Acesso em 24 abr. 2020.

VIEIRA, Flávia Braga. Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina. **REVISTA NERA**, n. 20, p. 58-82, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, 2007

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n. 1, p. 18-27, 2010.